
Sexualidade e enfermagem

Sexuality and nursing

[Vanessa Gandra Dutra Martins](#)

Resumo: Esta recensão explora e discute o conceito de sexualidade humana dentro de uma perspectiva histórico-cultural com o objetivo de oferecer suporte teórico que possa contribuir para reflexão do tema na área de enfermagem.

Palavras-chave: sexualidade, enfermagem, ciências sociais, teorias histórico-culturais.

Abstract: This recension explores and discusses the concept of human sexuality within a historical and cultural perspective with the goal of providing theoretical support that can contribute to the reflection of the theme in the nursing field.

Keywords: sexuality, nursing; social sciences, cultural historical theories.

Acredita-se que as teorias atuais sobre a sexualidade humana oriundas das Ciências Sociais tem muito a contribuir com a enfermagem no sentido de oferecer suporte teórico que auxilie na sua prática cotidiana com o paciente em ambiente hospitalar.

Diante da lacuna existente na formação dos profissionais, a ausência de abordagem de um tema relevante para a área da saúde pode levá-lo a ser tratado como um tabu, impedindo reflexões e discussões, refletindo posturas assexuadas, constrangidas, reforçando assim estereótipos patologizantes e/ou ocultamento da questão.

Assim, frente a este delicado quadro há a necessidade cada vez mais urgente, pois pertencemos a uma sociedade em constante transformação e carregada de informações “líquidas”, nem sempre pertinentes, de abordar e entender a sexualidade humana pela perspectiva histórico-cultural.

Portanto, a sexualidade deve ser entendida como fruto de uma construção cultural, pois está situada dentro de uma rede de significados instituídos por um grupo social específico, que condiciona determinados padrões de comportamentos, de ser, sentir e existir neste próprio grupo social.

É então interessante que alguns pressupostos sejam claramente colocados como:

1. *Somos seres sócio-culturais, nosso modo de agir, pensar e sentir expressam nossos significados, de acordo com nossa visão de mundo.*

2. *A sexualidade permeia nossa vida, em todas as fases, independente de nosso querer.*

3. *A sexualidade, como um resultante sócio-cultural, é uma experiência pessoal e singular.*

4. (...) *Individualmente , nos impregnamos, através da cultura, de valores e concepções em relação à sexualidade, que são estendidos a nossa prática de assistir em enfermagem e se manifestam no desempenho de nosso papel como mulheres ou homens.*

5. *Na enfermagem existe historicamente uma concepção, de paciente/cliente/sujeito do cuidado assexuado e, ainda, de que homens e mulheres são iguais sexualmente, para fins de cuidados. de cuidar com naturalidade, ou seja, de seguir o modelo de enfermeira assexuada, de paciente/ cliente/sujeito do cuidado assexuado e, ainda, de que homens e mulheres são iguais sexualmente, para fins de cuidados.*

Esse modelo nos autoriza implicitamente a ver, tocar, manusear, expor o corpo do cliente, sem expressar a nossa sexualidade e sem que ele também expresse a dele.

6. *Na prática de assistência de enfermagem, a sexualidade (nossa e do cliente) não deixa de ser vivenciada, porém a ela é dado outros nomes como, toque, atenção ou afeto, proximidade, presença, contato pele-a-pele ou afeto.*

7. *A interpretação cultural da sexualidade, na prática de assistência de enfermagem, permite entender o que ela significa às enfermeiras, e a que símbolos ela se relaciona, não só oportunizando a expressão das diferenças, das singularidades, da complexidade cultural e do sincretismo cultural como também possibilitando uma vivência qualitativamente mais significativa dessa prática, tanto à enfermeira, quanto ao sujeito cuidado.*

A sexualidade a que se refere é entendida como objeto que vem abandonando a hegemonia da Biologia e cujo enfoque acabou sendo ampliado, deixando de representar um fenômeno primordialmente “natural”, para antes ser produto de forças sociais e históricas, uma “unidade imaginária”. São as forças sociais que delimitam a forma da sexualidade.

A fisiologia e a morfologia do organismo são o que estabelecem as condições da sexualidade humana, mas a biologia não cria os padrões de nossa vida sexual; simplesmente condiciona e limita aquilo que é provável e aquilo que é possível. A sexualidade é objeto de intensa sociabilização e toda cultura define várias práticas como próprias e impróprias, morais e imorais, sadias e patológicas. Logo, ela só pode ser compreendida na trama das relações sociais e culturais de cada época, onde se deve explicitar seus determinantes econômicos, os modelos hegemônicos, decifrar seus eixos de sentido e desvendar as contradições dos códigos de poder que a envolvem.

Não existe, portanto, um antagonismo entre sexualidade e sociedade, como se tratasse de elementos biologicamente dissociados e resultantes de domínios separados da natureza.

Há, sim, um conceito no sentido antropológico amplo, como dimensão ontológica essencial do ser humano, incorporando componentes biológicos, mas buscando atingir significações culturais e existenciais mais exigentes.

Tudo isso faz da sexualidade humana o que ela pode ser: uma descoberta, uma elaboração, uma busca. Um peso que a estrutura como um existencial, como uma dimensão do ser-no-mundo do homem, posto que não nos referimos a uma sexualidade animal, sem história e sem cultura, mas à exualidade enquanto imersa na temporalidade, nela recebendo sua revelação vivencial, suas formalizações conceituais, sua expressão estética, seu tratamento moral e social.

Maria Luísa Heilborn afirma que o debate teórico em torno da sexualidade tem sido destacado pelo enfrentamento entre duas posições: o essencialismo e o construtivismo social. Para ela, tal posição não possui uma distinção linear, travando-se em dois planos distintos: no primeiro há uma oposição simples entre as duas perspectivas. No segundo incluem-se variantes entre as diferentes modalidades de conceber o construtivismo social.

O essencialismo defende a idéia de que há algo inerente à natureza humana inscrito nos corpos na forma de um instinto ou energia sexual que conduz as ações. A sexualidade, para esta concepção, seria resultado de um mecanismo fisiológico a serviço da reprodução da espécie ou da manifestação de uma pulsão psíquica em busca de sua manifestação.

O construtivismo social agrega uma série de abordagens que buscam problematizar a universalidade desse instinto sexual. Para a autora, o foco da argumentação é o de que existem formas culturalmente específicas, que o olhar ocidental chamaria de sexualidade, que envolvem contatos corporais entre pessoas do mesmo sexo ou de sexos diferentes, ligados ou não à atividade reprodutiva que podem ter significados radicalmente distintos entre as culturas, ou mesmo entre grupos populacionais de uma determinada cultura.

Portanto, os significados sexuais e, sobretudo, a própria noção de experiência ou comportamento sexual não seriam passíveis de generalização, dado que estão ancorados em teias de significados articuladas a outras modalidades de classificação, como o sistema de parentesco e de gênero, as classificações etárias, a estrutura de privilégios sociais e de distribuição de riqueza, etc.

Para as ciências sociais, continua Heilborn, caberia a identificação das articulações e nexos entre esses eixos de classificação social, na medida em que a sexualidade, como qualquer outro domínio da vida, depende de socialização, de aprendizagem de determinadas regras, de roteiros e cenários culturais para que a atividade sexual possa ser significada e exercida.

Não há, assim, uma razão universal pairando sobre as condutas e muito menos sobre os significados do que seja sexual. O sexual não se restringe à dimensão reprodutiva, tampouco à psíquica, estando impregnado de convenções culturais acerca do que consistem a excitação e a satisfação eróticas, construtos simbólicos que modelam as próprias sensações físicas.

Dentro de um dos dois desdobramentos do essencialismo, citados por Heilborn, encontra-se a teoria freudiana sobre a sexualidade, que na minha concepção, não deve ser reduzida à criação de uma pulsão psíquica em busca de extravasar-se.

Embora discordemos de muitas das posições adotadas por Freud, que não vem ao caso discutir neste momento, gostaríamos de destacar a sua importância na re-significação da sexualidade humana, afastando-a da genitalidade e aproximando-a de algo mais amplo como sendo qualquer forma de gratificação ou busca de prazer, que implica em linguagem, por esta ser essencial para qualquer estruturação de um universo de representação e em toda regulação de um “princípio de prazer” e um “de realidade”.

Destaca-se ainda a preocupação de Freud em não menosprezar o papel da cultura, quando concebeu os modelos do aparelho psíquico, principalmente o superego. Este representa, para ele, a censura das pulsões que a sociedade e a cultura impõem ao *id*, impedindo-o de satisfazer plenamente os seus instintos e desejos.

É a repressão, particularmente, a repressão sexual, manifesta-se à consciência indiretamente, sob forma da moral, como um conjunto de interdições e deveres, e por meio da educação, pela produção do “eu ideal”, isto é, da pessoa moral, boa e virtuosa.

Apesar de colocar a sexualidade como a grande questão do humano na busca da unidade - desejo incestuoso - como origem da pulsão que nunca se realiza e é sempre parcial, está colocando o desejo sexual incestuoso e inconsciente

como peça fundamental para compreendermos o nosso grande desejo de unidade “irrealizável” presente em nossa sexualidade como princípio de prazer e não como genitalidade.

Para Freud, é o desejo incestuoso que daria origem a toda a busca de unidade do ser humano com o que presumidamente pode lhe trazer prazer, mas o que o ser humano conseguirá fazer com o seu “princípio de prazer” depende de uma série de fatores, superego, inclusive e principalmente a sua cultura. Por isso defende-se a idéia de que não importa tanto se a sexualidade originou-se de uma pulsão ou não, já que ela depende de socialização, de aprendizagem de determinadas regras, de roteiros e cenários culturais para que possa existir, ser exercida e significada, mas nunca reduzida ao exercício da genitalidade ou da atividade sexual.

Fausto-Sterlin aponta os estudos de Kinsey, na década de 50, principalmente a escala criada pelo mesmo, como perpetuadores da separação entre afetividade e sexualidade e sexualidade como uma característica individual, e não algo produzido dentro de relações em situações sociais específicas e em um determinado tempo histórico. E, nos lembra que a escala linear de Kinsey ainda reina suprema no trabalho acadêmico, apesar dos recentes estudos sobre a história social da sexualidade humana mostrarem que a organização e expressão social dessa sexualidade não são atemporais nem universais.

Voltando ao construtivismo, Heilborn aponta dois desdobramentos assim classificados e aplicados à sexualidade por Carole Vance: o modelo de influência cultural, que parte de do pressuposto de que há uma “partilha fundamental entre corpo e razão na qual o corpo permanece como uma espécie de substrato ao qual a cultura se superpõe, alterando/modelando os comportamentos, as experiências e as significações relativas ao que chamamos de experiência sexual. Aceita-se que a sexualidade seja universal e biologicamente determinada, cabendo a cada sociedade conformar o impulso ou pulsão sexual.

E, o segundo modelo:

Mais enfático, postulando que o domínio do sexual, do erótico ou das sensações do corpo é puro efeito de construções culturais. Nesse sentido, é necessário identificar as mediações, os vínculos que, em cada momento histórico, definem o que seja sexual e de que modo tal significado se articula com as classificações de gênero, com a reprodução e com o sistema de parentesco. Não há, portanto, algo inerente à fisiologia ou à psique humana que possa ser considerado um substrato universal sobre o qual a cultura opera, privilegiando-se o pressuposto da radical arbitrariedade do que venha a ser sexual.

Heilborn chama a atenção para o fato de que a sexualidade possui vínculos, que a meu ver são inseparáveis, com a subjetividade e as relações de gênero .

Para a autora:

A sexualidade não tem o mesmo grau de importância para todos os sujeitos. Mais do que um recurso explicativo baseado em diferenças psicológicas, essa variação é efeito de processos sociais que se originam no valor que a sexualidade ocupa em determinados nichos sociais e nos roteiros específicos de socialização com que as pessoas se deparam. A cultura (em sentido lato) é a responsável pela transformação dos corpos em entidades sexuadas e socializadas, por intermédio de redes de significados que abarcam categorizações de gênero, de orientação sexual, de escolha de parceiros. Valores e práticas sociais modelam, orientam e esculpem desejos e modos de viver a sexualidade, dando origem a carreiras sexuais/amorosas.

O valor diferencial atribuído à sexualidade deve considerar que esta não é sinônimo de atividade sexual. O primeiro termo refere-se à construção histórica, na modernidade, de

uma dimensão interna aos sujeitos (Vance, 1995), profundamente imbricada num modelo particular de construção da pessoa, no qual interiorização e individualização são traços modeladores da subjetividade. Mais do que uma entidade universal, a sexualidade é uma unidade ficcional (Weeks, 1986: 15), dependente de um determinado contexto cultural e historicamente instituída como um domínio portador de sentido em si mesmo (Foucault, 1977).

Ainda que este tenha sido um movimento geral das sociedades modernas, certos segmentos sociais estão mais expostos à lógica cultural da modernidade, enquanto outros, como as classes trabalhadoras, compartilham distintamente desses códigos hegemônicos. Esse argumento pressupõe que culturas distintas coexistem em uma mesma sociedade e que certos segmentos sociais não esposam a ideologia dominante, a individualista. Tais grupos expressariam uma visão de mundo holista, na qual valores ligados à preeminência do todo, e não do indivíduo, seriam os estruturadores de sua lógica social. Assim, a sexualidade não se constituiria em domínio de significação isolada, estando sexo e prazer englobados por uma moralidade mais abrangente. Isso significa sustentar que, nesses segmentos, a sexualidade não se apresenta como referência básica para a definição identitária (contrastivamente aos segmentos modernos) e tampouco é objeto de um discurso específico, ou melhor, não se constitui como uma instância de exercício de apreensão racional, abstrata.

Considerando tais diferenças de contexto cultural, é ainda possível recuperar um percurso de experiências no âmbito dos afetos e contatos físicos com pessoas, designando-o

pela expressão de carreiras sexuais/amorosas. O mérito desse procedimento é poder cotejar trajetórias e cenários sexuais distintos, seja pelo prisma de classe, seja pelo de gênero. O relato de vida coloca em relevo determinados eventos, entre eles a iniciação amorosa/sexual.

O privilegiamento das circunstâncias e datas funciona como um catalisador de reminiscências que promove a rememoração da trajetória de vida nesse âmbito. A solicitação de um discurso sobre o primeiro relacionamento pode incorporar, segundo o sistema de relevância do entrevistado (Schutz, 1979), elementos que o informante considera significativos para a explicação desse evento. Lembranças anteriores, ligadas à familiaridade com o tema do sexo, à socialização do gênero e às redes sociais que abrigam essa trajetória, constituem aquilo que Simon e Gagnon (1973) denominam roteiros sexuais.

A sucessão de experiências, as datas e circunstâncias em que ocorrem, os intervalos entre elas e seus desdobramentos – em suma, o desenrolar dos eventos – traduzem-se em roteiros sexuais, delineados sobre um pano de fundo onde se combinam as diferentes marcas sociais que delimitam o campo de possibilidades dos indivíduos: origem e classe social, história familiar, etapa do ciclo de vida em que se encontram, as relações de gênero estatuídas no universo em que habitam. Todos esses elementos fornecem as balizas para o processo de modelação da subjetividade, entendido como as circunstâncias sociais e biográficas que ensejam o sentido do eu.

O sentido de moralidade merece ser esclarecido. Não se trata de afirmar que a sexualidade (dos setores classificados

como modernos) desconhece regras (nesse sentido, isso também constitui uma moral).

Entretanto, o uso do termo moralidade nos grupos populares conota uma dimensão mais englobante, apontando para uma articulação mais estreita entre valores relativos ao sexo, à família, ao gênero e à reciprocidade como forma relacional básica (Duarte, 1986a). Nesse plano, contrasta com o tipo ideal delineado para a sexualidade moderna, que confere um relevo significativo à atividade sexual, às sensações a ela conectadas e sobretudo à reflexão que a acompanha.

Da mesma maneira que a sexualidade possui vínculos com a subjetividade ela também implica o repensar sobre as relações de gênero, seu conceito como categoria de análise histórica.

Segundo Guacira Louro:

Gênero não pretende significar o mesmo que sexo, ou seja, enquanto sexo se refere à identidade biológica de uma pessoa, gênero está ligado à sua construção social como sujeito masculino ou feminino. Não se trata mais de focalizar apenas as mulheres como objeto de estudo, mas sim os processos de formação da feminilidade e da masculinidade, ou os sujeitos femininos e masculinos em relação e na relação.

O conceito é plural, ou seja, haveria conceitos de feminino e de masculino, social e historicamente diversos. A idéia de pluralidade implicaria admitir não apenas que sociedades diferentes tenham diferentes concepções de homem e de mulher, como também que no interior de uma sociedade essas concepções sejam diversificadas conforme a classe, religião, a raça, a idade, etc. Além disso, esta abordagem permite que admitamos também que os conceitos de masculino e feminino se transformam ao longo do tempo.

A construção dos gêneros envolve o corpo, implica em corpos sexuados. A natureza também se transforma. Há a necessidade de resgatar a aliança biologia/história e não eliminá-la do campo social. Ao historicizar o biológico, é possível pensar nas profundas modificações dos hábitos alimentares, nas condições de vida ou em aparatos tecnológicos que, incorporando-se ao cotidiano de grande parte da humanidade, acabaram por alterar algumas de suas características, como média de vida, envelhecimento, capacidade motora, força muscular, forma de geração de filhos, etc. Portanto, é preciso evitar a polarização natural/social, compreendendo que o gênero também tem uma dimensão e expressão biológica.

Nesta linha de raciocínio, Guacira Louro lembra o artigo de Pierre Bourdieu, intitulado *A dominação masculina*, que fala de uma “somatização das relações de dominação”, com o objetivo de demonstrar o quanto se inscrevem nos corpos dos sujeitos dominados – no caso das mulheres – determinados gestos, posturas, disposições ou marcas da sua submissão.

Bourdieu, diz que “o mundo social exerce uma espécie de golpe de força sobre os sujeitos e imprime em seus corpos não apenas um modo de estar e de ser, mas todo um programa de percepção”. Para ele, através de diversos processos de inculcação “se opera uma transformação durável dos corpos e da maneira usual de usá-los”.

Assim como a classe ou a raça, gênero é segundo Guacira Louro, mais do que uma identidade aprendida (é mais do que uma aprendizagem de papéis) sendo constituído e instituído pelas múltiplas instâncias e relações sociais, pelas instituições, símbolos, formas de organização social, discursos e doutrinas. Essas diversas instâncias sociais são instituídas pelos gêneros e também os instituem: elas são generificadas.

Joan Scott afirma que o termo gênero “faz parte da tentativa empreendida pelas feministas contemporâneas de reivindicar um certo terreno de definição,

para sublinhar a incapacidade das teorias existentes para explicar as persistentes desigualdades entre as mulheres e os homens”. O termo gênero, além de um substituto para o termo *mulheres*, é também utilizado para sugerir que qualquer informação sobre as mulheres é necessariamente informação sobre os homens, que um implica o estudo do outro.

Para Scott, o uso do termo:

Rejeita explicitamente explicações biológicas, como aquelas que encontram um denominador comum, para diversas formas de subordinação feminina. Em vez disso, o termo torna-se uma forma de indicar construções culturais – a criação inteiramente social de idéias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres. Trata-se de uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e mulheres. É uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado.

Como afirma ainda Guacira Louro, “a pretensão não é anular ou borrar as diferenças entre os sujeitos, mas sim afirmar que tais diferenças têm sido usadas como justificativas para tratamentos desiguais, não equivalentes”. Segundo a pesquisadora, o reconhecimento da articulação de diversas categorias (classe, etnias, gênero, geração, orientação sexual, religião...) nos conduz também a perceber e conceitualizar as relações de poder. Para sermos capazes de incorporar as complexas articulações que constituem os sujeitos - como homens e mulheres, brancos/as, negros/as, índios/as, orientais, adultos/as ou crianças, cristão-cristãs e muçulmanos/as, ricos/as e pobres - é preciso pensar o poder também como uma rede complexa, numa conceituação que se aproxime das proposições de Michel Foucault.

É preciso pensar o poder muito mais como uma ação que é exercida constantemente entre os sujeitos e que supõe, intrinsecamente, formas de resistência e contestação, do que como algo que é possuído apenas por um pólo e que está ausente no outro. Não existe propriamente o lugar de resistência, mas pontos móveis e transitórios que também se distribuem por

toda a estrutura social.

Embora Foucault tenha pretendido com seus estudos detectar a existência e explicitar as características de relações de poder que se diferenciam do Estado e seus aparelhos, isso não significa apenas querer situar o poder em outro lugar que não o Estado. Para ele, os poderes não estão localizados em nenhum ponto específico da estrutura social. Funcionam como uma rede de dispositivos ou mecanismos a que nada ou ninguém escapa, a que não existe exterior possível, limites ou fronteiras. O poder não existe, existem sim práticas ou relações de poder.

E, assim como, as relações de gênero habitam lugares por onde perpassa o poder e a sexualidade, o amor também apresenta ligações, ao longo da história com a sexualidade e o poder. Isso, evidentemente, se nos aproximarmos da concepção de que o amor não é um sentimento em si, da mesma maneira que a sexualidade não é algo que nasce conosco independente da cultura.

Ana Sofia Antunes das Neves nos lembra que:

As concepções sobre o amor são de extrema importância para a organização das várias culturas e sociedades porque implicitamente definem o que é apropriado e desejável nas relações entre os indivíduos. Especialmente nas sociedades ocidentais o amor tem sido entendido como basilar na interação social, sendo para alguns/as autores/as a chave de todas as escolhas humanas.

A dificuldade em observá-lo de um modo rigoroso e sistemático serviu durante décadas como argumento principal para que ele fosse nomeado de acientífico pelos/as investigadores/as. A sua introdução, como objeto científico, nas ciências sociais e humanas foi, por isso mesmo, relativamente tardia, segundo Neves. Primeiramente em 1944 quando Llewellyn Gross publicou uma das primeiras escalas de avaliação do romantismo, e mais tarde, em 1971, Ellen Bercheid e Elaine Walster realizaram a primeira revisão sistemática sobre o

amor passionai.

Nos últimos quarenta anos, segundo Neves, pelo fato de se ter começado a rejeitar a idéia da separação entre sujeito e objeto do conhecimento e da dicotomia entre estruturas e práticas, uma nova visão do conceito de amor emergiu. E assim, novas áreas no âmbito dos estudos sobre o amor parecem estar se afirmando com o aparecimento de linhas de pesquisa que procuram avaliar qual a influência que variáveis como o gênero, a classe social, a etnia ou a orientação sexual (só para citar alguns exemplos) tem na emergência de diferentes tipologias de amor.

Para Neves:

Atualmente, o amor não pode deixar de ser entendido no quadro das suas significações históricas e culturais, sabendo nós que aquilo que é percebido como uma manifestação de intimidade ou de amor pode variar em função do espaço e do tempo onde tal fenómeno está situado. Nesse sentido, para além de ser um conceito multidimensional, o amor é também um produto social e discursivo.

Tal como concluiu Sternberg, as histórias que construímos e que contamos sobre o amor fazem parte de uma matriz cultural e, nessa medida são histórias únicas de um lugar e de uma época peculiar, acabando por ter uma função social reguladora. Não só controlam o curso das relações, como também ditam em que relações devemos investir. Bernadette Bawin-Legros viria a complementar essa concepção do amor concebendo-o para além da vertente narrativa ou histórica, acrescentando que ele encontra

expressão em diferentes registros, um dos quais a intimidade e que, enquanto emoção, aparece como uma codificação concreta nas palavras, nos gestos e nas ações.

Para Foucault, existem historicamente dois grandes procedimentos para produzir a verdade do sexo. De um lado as sociedades como a China, o Japão, a Índia, as nações árabes-muçulmanas, que se dotaram de uma ars erotica, e de outro, a civilização ocidental que desenvolveu a scientia sexualis.

Na *ars erotica*, a verdade é extraída do próprio prazer, que é encarado como prática e recolhido como experiência; não é por referência a uma lei absoluta do permitido e do proibido nem a um critério de utilidade que o prazer é levado em consideração, mas em relação a si mesmo. Ele deve ser conhecido como prazer e, portanto, segundo sua intensidade, sua qualidade específica, sua duração, suas reverberações no corpo e na alma. Este saber deve recair, proporcionalmente, na própria prática sexual, para trabalhá-la como se fosse de dentro e ampliar seus efeitos. Dessa forma constitui-se um saber que deve permanecer secreto, não em função de uma suspeita de infâmia que marque seu objeto, porém pela necessidade de mantê-lo na maior discrição, pois segundo a tradição, perderia sua eficácia e sua virtude ao ser divulgado.

A relação com o mestre, detentor dos segredos é, portanto, fundamental; somente este pode transmiti-lo de modo esotérico e ao cabo de uma iniciação em que orienta, com saber e severidade sem falhas, o caminhar do discípulo. Os efeitos dessa arte devem transfigurar aquele sobre quem recaem seus privilégios: domínio absoluto do corpo, gozo excepcional, esquecimento do tempo e dos limites, elixir de longa vida, exílio da morte e de suas ameaças.

O Ocidente foi desenvolvendo procedimentos, no decorrer dos séculos, para dizer a verdade do sexo. Esses procedimentos se ordenam quanto ao essencial, em função de uma forma de poder-saber rigorosamente oposta à arte das iniciações e ao segredo magistral, que é a confissão.

Desde a Idade Média, as sociedades ocidentais colocaram a confissão entre os rituais mais importantes de que se espera a produção da verdade: a regulamentação do sacramento da penitência pelo Concílio de Latrão, em 1215; o desenvolvimento das técnicas de confissão que vêm em seguida; o recuo, na justiça criminal, dos processos acusatórios; o desaparecimento das provações de culpa - juramentos, duelos, julgamentos de Deus - e o desenvolvimento dos métodos de interrogatório e de inquérito; a importância cada vez maior ganha pela administração real na inculpação das infrações, a instauração dos tribunais de Inquisição, enfim, tudo isso contribui para conceder à confissão um papel central na ordem dos poderes civis e religiosos.

Para Foucault, além dos rituais probatórios, das cauções dadas pela autoridade da tradição, além dos testemunhos, e também dos procedimentos científicos de observação e de demonstração, a confissão passou a ser, no Ocidente, uma das técnicas mais altamente valorizadas para produzir a verdade. E permanece ainda hoje, a matriz geral que rege a produção do discurso verdadeiro sobre o sexo. Pertencemos segundo Foucault, a uma sociedade que articulou o difícil saber do sexo, não na transmissão do segredo, mas em torno da lenta ascensão da confiança. A instância de dominação da confissão não se encontra do lado de quem escuta e cala; não do lado do que sabe e responde, mas do que interroga e supostamente ignora. Esse discurso de verdade adquire efeito, não em quem o recebe, mas sim naquele de quem é extorquido.

Em ruptura com as tradições da *ars erotica*, Foucault percebeu que nossa sociedade constituiu uma *Scientia sexualis*. Passou a produzir discursos “verdadeiros” sobre o sexo, e isto, tentando ajustar, o antigo procedimento da confissão às regras do discurso científico. A *Scientia sexualis*, desenvolvida a partir do século XIX, guarda como núcleo o singular rito da confissão obrigatória e exaustiva, que constituiu, no Ocidente cristão, a primeira técnica para produzir a verdade do sexo.

Desde o século XVI, este rito fora, pouco a pouco desvinculado do sacramento

da penitência e, por intermédio da condução das almas e da direção espiritual –ars artium – emigrou para a pedagogia, para as relações entre adultos e crianças, para as relações familiares, a medicina e a psiquiatria. Há quase cento e cinquenta anos, um complexo dispositivo foi instaurado para produzir discursos verdadeiros sobre o sexo: um dispositivo que abarca amplamente a história, pois vincula a velha injunção da confissão aos métodos da escuta clínica. E através desse dispositivo pôde aparecer algo como a “sexualidade” enquanto verdade do sexo e de seus prazeres.

A “sexualidade” é o correlato dessa prática discursiva desenvolvida lentamente, que é a scientia sexualis. As características fundamentais dessa sexualidade não traduzem uma representação mais ou menos confundida pela ideologia ou desconhecimento induzido pelas interdições; corresponde às exigências funcionais do discurso que deve produzir sua verdade.

No ponto de intersecção entre uma técnica de confissão e uma discursividade científica, lá onde foi preciso encontrar entre elas alguns grandes mecanismos de ajustamento - técnica de escuta, postulado de causalidade, princípio de latência, regra da interpretação, imperativo de medicalização - a sexualidade foi definida como sendo “por natureza”, um domínio penetrável por processos patológicos, solicitando intervenções terapêuticas ou de normalização; um campo de significações a decifrar; um lugar de processos ocultos por mecanismos específicos; um foco de relações causais infinitas, uma palavra obscura que é preciso, ao mesmo tempo, desencavar e escutar. É a “economia” dos discursos, ou seja, sua tecnologia intrínseca, as necessidades de seu funcionamento, as táticas que instauram, os efeitos de poder que os sustêm e que veiculam o que determina as características fundamentais do que eles dizem.

Referências

1. BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida; Vida líquida e Tempos líquidos*. Obras do mesmo sociólogo polonês traduzidas para o português.

MARTINS, Vanessa Gandra Dutra . Sexualidade e enfermagem. **Liph Science**, v. 1, n. 2, p.50-68, out./dez., 2014. www.liphscience.com

2. RESSEL, Lucia Beatriz. *Vivenciando a sexualidade na perspectiva cultural* – São Paulo: 2003. (Doutorado em Enfermagem), Universidade do Estado de São Paulo.

3. NUNES, César Aparecido. *Filosofia, Sexualidade e Educação: as relações entre os pressupostos ético-sociais e histórico-culturais presentes nas abordagens institucionais sobre a educação sexual escolar*. Campinas: 1996. (Doutorado em Educação), Área de Filosofia da Educação. Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

4. FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro, Graal, 1985, p.57.

5. HEILBORN, Maria Luísa. *Ciências Sociais e sexualidade*. Disponível em: Internet via www.sistema.clam.org.br/biblioteca/files/introducao_ciencias_sociais_e_sexualidade.pdf. Url: URL: http://www.sistema.clam.org.br/biblioteca/files/introducao_ciencias_sociais_e_sexualidade.pdf. Arquivo capturado em junho de 2008.

6. *Ibid.*

7. GAGNON, J. & SIMON, W. *Sexual conduct: the social sources of human sexuality*. Chicago: Aldine, 1973.

8. REBOUÇAS, Mônica. *Sobre a sexualidade em Freud*. Disponível na Internet via [www](http://www.pepsic.bvspsi.org.br/pdf/cogito/v4/v4a04.pdf). Url: <http://www.pepsic.bvspsi.org.br/pdf/cogito/v4/v4a04.pdf>. Arquivo capturado em junho de 2008.

9. Disponível na Internet via [www](http://pt.wikipedia.org). Url: <http://pt.wikipedia.org>. <http://pepsic.bvspsi.org.br/pdf/cogito/v4/v4a04.pdf>. Arquivo capturado em junho de 2008.

10. FAUSTO-STERLING, Anne. Dualismos em duelo. *Cadernos Pagu* (17/18), 2001/02, p.35.

11. HEILBORN, Maria Luísa. *Ciências Sociais e sexualidade. Op. Cit.*

12. VANCE, C. S. A antropologia redescobre a sexualidade: um comentário teórico. *Physis. Revista de Saúde Coletiva* . v.5, n.1, p.7-31. IMS/UERJ: Relume–Dumará.

13. HEILBORN, Maria Luísa. *Ciências Sociais e sexualidade. Op. Cit.*

14. *Ibid.*

15. *Ibid.*

16. LOURO, Guacira. Nas redes do conceito de gênero. In: LOPES, H. J. et alii. (org). *Gênero e saúde*. Porto Alegre: Artes médicas, 1996, p.3.

MARTINS, Vanessa Gandra Dutra . Sexualidade e enfermagem. **Liph Science**, v. 1, n. 2, p.50-68, out./dez., 2014. www.liphscience.com

17. SCOTT, Joan. Gênero, uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade. Jul/Dez.1995, p. 85.

18. *Ibid.*, p. 85.

19. NEVES, A. S. das. As mulheres e os discursos genderizados sobre o amor: a caminho do “amor confluyente” ou o retorno ao mito do “amor romântico.” *Revista de Estudos Feministas*. v.15, n.3, Florianópolis: UFSC, 2007.

19. *Ibid.*

20. *Ibid.*

21. FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber. Op. Cit.*

22. *Ibid.*, p. 66.